

# Ministério Público – Secção de Instrução Criminal

## Tribunal Judicial de Lisboa

Juízo de Instrução Criminal n.º 4

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

**Ex.mo Sr. Juiz de Instrução Criminal n.º 4**

**Tribunal Judicial de Lisboa**

Assunto: **Pedido de fixação de data para a Audiência de Julgamento**

Processo n.º 2023/0456 – Burla Informática por Phishing

---

### I. Identificação das partes

---

Parte	Identificação
<b>Autor / Ministério Público</b>	Dr. Marta Santos, Procuradora do Ministério Público (OA 54321)
<b>Réu</b>	João da Silva, residente em Lisboa, NIF 123 456 789
<b>Defesa</b>	Dr. Ana Pereira (OA 12345) – Advogada; Dr. Luís Carvalho (OA 67890) – Advogado

---

---

### II. Exposição dos factos relevantes

1. O Ministério Público propôs ação penal contra João da Silva, imputando-lhe a prática de burla informática, tipificada no artigo 217.º do Código Penal, por meio de técnicas de *phishing* que culminaram em transferências bancárias fraudulentas, totalizando **€ 32 000,00**, efetuadas entre 10 e 25 de março de 2023.
  2. O processo encontra-se, atualmente, na fase de instrução, tendo sido concluída a produção de prova eletrónica, bem como as perícias técnicas necessárias (perito informático – Dr. Pedro Almeida, relatório datado de 12 de janeiro de 2026).
  3. Foram apresentadas as respetivas peças de contestação e reconvenção, tendo as partes procedido à prática de todas as diligências previstas no Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal.
  4. Não obstante a regularidade dos atos processuais realizados, até à presente data não foi ainda fixada a data da Audiência de Julgamento, situação que pode comprometer o princípio da celeridade processual e o direito de ambas as partes a uma decisão judicial atempada.
- 

### III. Fundamentação do pedido

Nos termos do artigo 216.º, n.º 1, alínea b) do Código de Processo Penal, o juiz deve, sempre que possível, fixar a data da audiência de julgamento com a maior brevidade que as circunstâncias do caso permitam, de modo a garantir a eficácia da tutela penal e o respeito pelos direitos fundamentais das partes.

Considerando que:

- todas as provas relevantes já foram produzidas e aceites nos autos;
- as partes já apresentaram as suas alegações finais;
- não subsistem questões de facto pendentes de dilação;

entende-se que o processo está plenamente preparado para ser submetido à apreciação judicial.

---

#### IV. Pedido

Pelo exposto, requer-se a V. Exa.:

1. **A fixação da data da Audiência de Julgamento**, com a antecedência legal mínima, designadamente para o dia **15 de março de 2026**, ou data próxima que V. Exa. considere adequada, assegurando a presença das partes e dos seus mandatários.
2. **A notificação das partes** da data fixada, nos termos do artigo 222.º do Código de Processo Penal, bem como a comunicação ao tribunal competente para a marcação da sala de audiências e à secretaria judicial.
3. **A expedição de ordem de intimação** a todos os intervenientes, incluindo o perito, para que compareçam na data designada, sob pena de aplicação das sanções previstas no artigo 247.º do Código de Processo Penal.

---

#### V. Termos em que

Pede deferimento.

---

**Lisboa, 22 de fevereiro de 2026**

---

**Dr. Marta Santos** – Procuradora do Ministério Público (OA 54321)

c.c. **Dr. Ana Pereira** – Advogada (OA 12345)

**Dr. Luís Carvalho** – Advogado (OA 67890)